



Parecer sobre o Exame Final Nacional da disciplina de Geografia 1.ª Fase

Associação de Professores de Geografia

A disciplina de Geografia A é a quinta no *ranking* de número de alunos (23747 – 1.ª fase) que efetuaram o Exame Final Nacional, a seguir às disciplinas de Português, de Matemática A, de Física e Química A e de Biologia e Geologia, e cujo número tem vindo a aumentar, pelo que merece o nosso olhar atento.

EXAME FINAL NACIONAL Geografia A - 719	1.ª FASE			1.ª FASE		
	N.º Exames realizados			Média das classificações		
	2017	2018	2019	2017	2018	2019
	22867	23474	23747	10.9	11.6	10.3

Para a elaboração deste documento contámos com a colaboração e olhar atento dos professores de Geografia, classificadores e/ou associados que nos fizeram chegar as respetivas apreciações.

O Exame Final Nacional de Geografia A realizado no passado dia 19 de junho de 2019, avalia os conhecimentos e as capacidades da disciplina preconizados pelos documentos de referência em vigor, homologados pelo Ministério da Educação, pelo que merece, mais uma vez, a nossa apreciação positiva.

Considerando a média das classificações divulgada pelo JNE, manifesta-se preocupação face à descida de uma décima e à quebra da estabilidade de resultados deste Exame. É necessário fazer uma análise por item, taxa de acerto, entre outros aspetos, para tirar ilações sobre o que poderá ter corrido menos bem - dados estes que só serão facultados pelo IAVE, I.P. mais tarde.

Atendendo ao facto de que a estrutura do Exame se ter mantido estável, comparativamente aos aplicados no ano letivo transato, no que respeita à tipologia, número de itens e cotação, que há histórico nas competências e conteúdos geográficos testados e, a par de nos Critérios de Classificação se verificar uma maior decomposição em função dos níveis de desempenho, considera-se que os resultados alcançados a nível nacional ficaram aquém das expectativas.

Contudo, embora globalmente acessível, o Exame apresenta alguns itens de seleção (escolha múltipla) e construção (resposta aberta), que exigem elevada concentração na interpretação do

enunciado e das respetivas opções de resposta, no caso particular dos itens da primeira tipologia e de um uso proficiente da língua portuguesa, adequado a alunos do 11.º ano. Não obstante, considera-se que a utilização de uma terminologia na enunciação de vários itens, mais afastada do quotidiano dos alunos em questão, pode vir a justificar as dificuldades inerentes à leitura e interpretação de documentos geográficos, bem como à aplicação de conhecimentos específicos na produção das respostas e/ou na seleção de opções dos itens de escolha múltipla.

Considera-se, ainda, que o Exame é representativo dos conteúdos constantes dos documentos orientadores da disciplina. Por sua vez, os Critérios de Classificação colocam alguns problemas de interpretação aos professores classificadores, como mais adiante se especificará.

Itens

A seleção dos temas é equilibrada entre os 10.º e 11.º anos, integrando o que se considera o *core* concetual e procedimental da disciplina, comum nos vários documentos de referência, pois, quer a escolha de alguns dos conteúdos específicos a testar quer a formulação de vários itens, constituem uma amostra significativa das competências e dos temas dos mesmos, abrangendo não só Portugal continental como também Regiões Autónomas.

Congratula-se a existência de itens que implicam a mobilização de competências nas áreas do raciocínio e do pensamento crítico, em detrimento de itens que sobrevalorizam a memorização, a par da articulação efetuada entre conteúdos dos diferentes temas dentro dos grupos de itens – pois a Geografia é uma ciência de interrelação, multiescalar e não focada em conteúdos estanques – e, ainda, a valorização das práticas pedagógicas centradas na resolução de problemas.

Saúda-se a inclusão, através de exemplos, de situações concretas sobre o planeamento e ordenamento do território, que levam o aluno a nomear medidas exequíveis e justificadas para atenuar e/ou resolver um problema.

Peças gráficas e cartográficas

As peças gráficas e cartográficas introdutórias são, na generalidade, diversificadas e de boa qualidade gráfica, assentam em fontes documentais credíveis, propiciando a aplicação das destrezas cartográficas exigíveis a alunos de Geografia do 11.º ano de escolaridade. Em futuras edições do Exame Final Nacional, gostaríamos, igualmente, de ver informação geográfica com representação gráfica e/ou estatística, de modo a promover a literacia estatística que reflete a interdisciplinaridade com a Matemática (referida nas Aprendizagens Essenciais).

Quanto aos processos cognitivos mobilizados na resolução do Exame, considera-se que o grau de dificuldade é superior ao do Exame realizado em 2018, considerando a exigência de uma leitura mais atenta de dados e de documentos geográficos disponibilizados em diferentes formatos, contemplando diversos indicadores e conseqüentemente de maior complexidade de análise, como sucede, por exemplo, no item 8.

Tempo disponível para a realização do Exame Final Nacional

O tempo disponível para a sua resolução é suficiente.

Critérios de Classificação (CC)

Cotação/Valoração

É de congratular a decomposição da classificação a atribuir em função de níveis de desempenho (nos itens 2., 4., 6.1., 8.4., 10.3., 10.4. e 11.), considerando a necessidade de reprodução de conhecimentos e a identificação de informações explícitas nos suportes.

Infelizmente, o critério da decomposição da classificação a atribuir em função de níveis de desempenho não foi aplicado aos itens 3.3. e o 8.2..

Critérios Específicos de Classificação

Em relação aos Critérios Específicos de Classificação apresentados, parece-nos dúbia a apresentação da NUTS II Algarve no item 8.2., pois deveriam ser claros os conceitos de litoral/interior subjacentes¹, uma vez que, independentemente do conceito mas face à escala e à legenda do mapa, o Algarve enquanto NUTS de menor contraste não nos parece evidente, pelo que é natural que tenham ocorrido dúvidas na inclusão desta na resposta. Deste modo, é de saudar a inclusão da NUTS Área Metropolitana de Lisboa, *à posteriori*, nos Critérios Específicos de Classificação e do conhecimento dos professores classificadores.

Considerações finais

O Exame Final Nacional embora fosse bastante atual, com questões pertinentes e com documentação diversificada e interessante, ficou aquém das expectativas dos alunos, que se envolveram, ao longo do ano letivo, nas situações de ensino e de aprendizagem da Geografia. Não obstante, é importante refletir sobre os resultados alcançados, aferir as dificuldades quer em termos de conteúdos temáticos quer em termos de competências, a várias escalas – por escola e nível nacional.

Tendo por base algumas lacunas no domínio das competências de base da Geografia, é do entendimento da Associação de Professores de Geografia, a necessidade de aumentar a componente letiva destinada às Ciências Sociais e Humanas, no Ensino Básico, e dentro destas uma distribuição equitativa, por forma a promover a mobilização das capacidades de interpretação de situações geográficas e de reconhecimento de diferentes padrões de distribuição dos fenómenos geográficos. Há dificuldades na identificação de elementos físicos do território, sendo necessário mais tempo para a exploração de fontes e documentos gráficos e cartográficos para o desenvolvimento de competências e consolidação de conhecimentos que permita um maior domínio da literacia territorial.

A necessidade de aplicar os conhecimentos na interpretação de situações específicas, bem como para mobilizar os métodos da disciplina na análise de fenómenos geográficos, cuja

¹ Barlavento *versus* sotavento, sul/litoral *versus* norte/interior, 25km/50 km da linha de costa ou os territórios do interior considerados Portaria n.º 208/2017 de 13 de julho,...

complexidade deve ser elevada no Ensino Secundário, carece de um trabalho mais sustentado, em sala de aula, que não se coaduna com a carga letiva da disciplina, ao longo da escolaridade básica, existente em algumas escolas do país.

Lisboa, 22 de julho de 2019

A Presidente da Direção
Ana Cristina Câmara
Ana Cristina Câmara
APG
Associação de Professores de Geografia